

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1294945 - AP
(2018/0116384-9)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
**AGRAVANTE : ASSOC DOS PROFISSIONAIS LIB.UNIV.DO
BRASIL-APLUB**
**ADVOGADOS : JOSÉ IDEMAR RIBEIRO - DF008940
ALINE RAMOS RIBEIRO - DF027030
BEATRIZ CRUZ DA SILVA - DF024967
ALICE BUNN FERRARI - DF036878
MARCELO GUSTAVO HAUSCHILD - RS086745
LARISSA RAQUEL DE JESUS LOPES - DF041065
MAURO LUCIANO HAUSCHILD - DF041507
LUDMILA CRISTINA SANTANA - DF048404**
**AGRAVADO : CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E
PREVIDÊNCIA S/A**
ADVOGADO : FABIO RIVELLI - AP002736A
AGRAVADO : RUBENS SOARES DE CASTRO
ADVOGADO : MARIA JOZINEIDE LEITE DE ARAÚJO - AP001841

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.

INSURGÊNCIA RECURSAL DA DEMANDADA.

1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, o estipulante, via de regra, não é parte legítima para figurar no pólo passivo da demanda que busca o pagamento da indenização securitária, ressalvados os casos em que seu comportamento leva o contratante a crer que é responsável pela cobertura (teoria da aparência). Incidência da Súmula 83/STJ.

1.1. No caso, derruir a convicção formada nas instâncias ordinárias, pela aplicação da teoria da aparência, encontra óbice nas Súmulas 5 e 7/STJ.

2. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Antonio Carlos Ferreira.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi
Relator

